

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SANTOS, Jocyléia Santana dos (org.). **Formação de professores para a educação básica**. Petrópolis: Vozes, 2022. 232p.

Luana Priscila Wunsch<sup>1</sup>

Izabel Cristina Barbosa de Oliveira<sup>2</sup>

O livro aqui resenhado, organizado por Ilma Passos Alencastro Veiga e Jocyléia Santana dos Santos, é um encontro de vozes de pesquisadoras e pesquisadores que estudaram a formação dos docentes da educação básica em suas esferas pedagógica e política, destacando suas estruturas físicas e humanas.

Publicado aos 22 anos do século XXI, a obra é uma revisita não apenas dos conceitos, mas das práticas e das necessidades das licenciaturas em um cenário de intensos desafios organizacionais da formação inicial, em tentativas de respostas para questões acerca do currículo, das redes e das tecnologias para a futura docência em escolas de diferentes realidades nacionais.

Os capítulos são distribuídos em três grandes blocos (i) o cenário brasileiro atual, (ii) as políticas educacionais vigentes e (iii) construindo a formação de professores para a escola pública cidadã – o currículo em foco.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (UL/Portugal). Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – Em Educação e Novas Tecnologias no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Pesquisadora na Fundação Wilson Picler de Amparo a Educação, Ciência e Tecnologia (FAMPECT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9105-9520>. E-mail: [lpriscila@gmail.com](mailto:lpriscila@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Letras (ProfLetras) pela Universidade de Pernambuco (UPE) e em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona do Porto (ULP/Portugal). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – Em Educação e Novas Tecnologias no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Membro do Grupo de Estudos Texto, Ensino, Discurso e Educação Especial e Inclusiva (GETEDE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7552-0201>. E-mail: [izabel\\_cbarbosa@hotmail.com](mailto:izabel_cbarbosa@hotmail.com)

Ao que se refere ao cenário brasileiro atual (i), os autores Colares e Colares, a nosso ver, interseccionam historicidade das políticas educacionais brasileiras e as necessidades sociais e individuais delas decorrentes, tendo em vista o cenário posto pelo SARS-CoV-2, mostrando que as metas dos planos educacionais, ao longo da recente história da educação nacional, não foram cumpridas pela desarticulação entre estados, Distrito Federal e municípios. E que isto gera e ainda gerará desigualdades, a partir do que os autores chamam de “inclusão excludente” para tratar das (talvez não) oportunidades laborais e de superação de desigualdades para além da escola.

Vê-se, inclusive, por meio da análise de políticas públicas, como os planos nacionais de educação, que descreveram a formação de professores como imprescindível para uma contenção, ainda não efetivada, de crise estrutural para (boas e coerentes) produções ao longo da vida dos agentes educacionais e suas comunidades.

Contudo, percebe-se, ao longo da leitura, que o caminho para o entendimento das políticas descritas, desde a década de 1970, ainda é largo, pois os impactos percebidos são vetores acoplados à mercantilização da educação e, o que poderia ser a solução, sem um aprendizado histórico, torna-se fonte de reprodução e divisão social.

Já sobre as políticas educacionais vigentes (ii), nas pesquisas de Pinho, Santos e Brasileiro; Ferreira e Veiga são considerados pontos em comum entre seus resultados, tais como que a formação inicial docente no Brasil teve, e tem, suportes políticos insuficientes para suas concretizações de otimização em curto, médio e longo prazos, desde baixos salários até impossibilidades de projetos.

Outro fator a considerar é que existem investimentos na formação inicial, mas destes poucos são com planejamentos coerentes com as realidades nas quais os futuros professores irão atuar, fortalecendo o princípio da Teoria de Capital Humano e, logo, da escola enquanto ambiente de (re) produção neoliberal.

Esta afirmativa destaca o entendimento da intensa necessidade de haver, de uma vez por todas, uma formação a partir da escuta das instituições promotoras de políticas educacionais para com os - formadores de professores, pesquisadores e professores das licenciaturas, e suas visões das instituições formadoras, e – formandos

- docentes experientes e novatos, e suas específicas expectativas das suas necessidades formativas, a partir do seu conhecimento do mundo escolar.

E, ao ler os três textos deste capítulo, verificam-se eixos que se destacam sobre os diferentes tipos de formação inicial que tivemos em nosso país e seus impactos na resolução para momentos de crise na atualidade e que podem servir como norte para superá-los e pensar novas ações formativas: - (falta) de aprimoramento de uso de recursos didáticos, sejam digitais ou analógicos; - (falta) de pensar ambientes formativos que sejam significativos à realidade posta; - (falta) de pressupostos para a atuação em uma sociedade em prol da paz; - (falta) de entendimento que a Base Nacional, hoje vigente, não é currículo; - (falta) de políticas mais resistentes para Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência- (falta) de valorização para produção de pesquisa; - (falta) de apoio para o desenvolvimento de competências e experiências .

Os autores mostram que, normalmente, associamos a formação de professores a centenas de milhares de professores que apoiam seus alunos, mas que não devemos esquecer que as universidades e instituições de ensino superior, formadoras destes professores, são grande força de trabalho docente e precisam que suas cargas de horários, de currículos e de parcerias interinstitucionais acompanhem uma composição social que muda e está em constante evolução. Afinal, ao negarmos esta precisão, podemos indisponibilizar oportunidades e acesso de fortalecimento da profissionalidade do futuro docente.

Por meio das análises comparativas, entre resoluções e normativas referentes à formação de professores feitas pelos autores, entende-se a intensidade do termo “qualidade” posta na publicação. É necessário desquantificar seu significado e destacá-lo de forma mais abrangente, como vínculo de complexidade, humanização e equidade em cenários formativos dos docentes, dentro e fora das instituições.

É admissível, assim, também entender que as entidades promotoras e protetoras da ação docente no Brasil reconhecem a necessidade de conhecimentos diversificados do processo formativo.

Cabe, portanto, destacar a importância de elaboração e aplicação de procedimentos para acompanhar os processos de suas aplicações.

Finalmente, em (iii) construindo a formação de professores para a escola pública cidadã, os autores Macedo e Silva, Brito, Carvalhêdo e Lima; Mussi; Rocha colocam o currículo como foco. Ora, se a Base Nacional Comum Curricular traz as diversidades como princípio, a luta da formação docente é, portanto, um projeto de representação e organização de superação do tradicional, de tecnicista e do autoritarismo didático.

Nas reformulações, nas implantações de licenciaturas, a grande problemática descrita nos textos é: como encurtar as distâncias entre universidade e educação básica? Afinal, para pensar os cursos que inserem seus egressos no mundo do trabalho escolar, requer colocar a escola no centro do processo.

Vemos, portanto, que os autores querem descrever uma perspectiva mais “mente” desta formação – historicamente – culturalmente – multidisciplinarmente – integralmente nas crenças, especificidades e visões locais e regionais em um exercício coletivo de críticas, saberes, legislações e práticas, em especial na escola pública, em combate à formação rasa, padronizada e pragmática e em prol de um compromisso social.

Submetido em: *Setembro/ 2022*.

Aceito em: *Novembro/ 2022*.